

Ulysses admite parlamentarismo se maioria do PMDB o escolher

BRASÍLIA — O presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, admitiu que a maioria de seu partido é parlamentarista e disse que se for confirmada essa tendência, não irá se opor a ela: "Eu não vou ser a ovelha negra", afirmou Ulysses, que se preparava para ter uma conversa decisiva com o presidente José Sarney ontem à noite ou hoje de manhã, depois de ter recebido a visita do governador Orestes Quércia.

Ulysses acha que, entre todas as forças da Constituinte, existe um equilíbrio para a definição do sistema de governo. "No PMDB, é verdade — admitiu —, o parlamentarismo é maioria, mas somando os demais partidos, existe um grande equilíbrio".

Na conversa com o presidente José Sarney, Ulysses pretende levar os dados sobre a maioria parlamentarista do PMDB fornecidos pelo líder do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Entre os senadores peemedebistas, 23 são parlamentaristas, 16 presidencialistas e dois preferem o sistema misto.

Escola — O presidente do PMDB fez questão de destacar que considera Sarney aberto ao entendimento, negando que tivesse criticado o presidente por intransigência:

— Não é marca do temperamento do presidente José Sarney ser radical. Ele tem 27 anos como deputado e senador e essa é uma escola de consenso. Eu sempre encontrei da parte do presidente essa disposição. Sinto que na questão do sistema de governo, também está havendo uma posição maleável do presidente.

Para ele, é possível chegar a uma forma de governo, parlamentarista ou presidencialista, com "temperos" de um ou outro sistema. — Temos a emenda do Miguel Reale Júnior, que está aí desde as subcomissões — disse. Essa emenda, feita pelo jurista, que é seu assessor, propõe o presidencialismo com algumas características parlamentaristas. Segundo um político do PMDB, essa proposta não tem a mínima chance de ser aprovada.

Deputado nega o que declarou

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, negou que tivesse feito declarações ao JORNAL DO BRASIL advertindo o presidente José Sarney sobre os riscos da radicalização em torno do sistema de governo, que poderiam levar a Constituinte a reduzir para quatro anos a duração de seu mandato.

— A notícia não tem fundamento, até porque eu não advertiria um homem da experiência política do presidente José Sarney. Estive envolvido, nos últimos dois dias, com o episódio da morte do ministro Marcos Freire e não tive condições de dar entrevista para nenhum jornalista — afirmou.

Ulysses admitiu o risco de a Constituinte reduzir o mandato de Sarney numa conversa com uma repórter do JORNAL DO BRASIL à uma hora da madrugada da última quarta-feira, quando, já dentro de seu carro, deixava o velório do ministro Marcos Freire, no Congresso.

Quércia afirma que Cabral não crê em acordo

BRASÍLIA — O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, disse ao governador de São Paulo, Orestes Quércia, que não existe entendimento sobre o sistema de governo entre as forças políticas na Constituinte. Cabral destacou que esse entendimento é necessário para que seu primeiro substitutivo seja alterado. Se isso não ocorrer, disse ao governador, manterá a proposta de parlamentarismo puro do primeiro texto.

Quércia conversou com o relator como porta-voz dos governadores do Centro-Sul, que estiveram reunidos semana passada em Florianópolis. Cabral confirmou, segundo o governador paulista, que manterá inalterado o capítulo referente às questões tributárias. "Ele vai adotar a proposta do sistema tributário que já foi aprovada nas subcomissões." Os dois se encontraram no apartamento do relator da Constituinte, para evitar os jornalistas.

Lourenço acusa Ulysses de agredir Sarney

BRASÍLIA — "Uma agressão". Foi assim que o líder do PFL, deputado José Lourenço, classificou a advertência do deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, de que o presidente José Sarney corre o risco de ter o mandato reduzido de cinco para quatro anos, caso trate com radicalismo a questão do sistema de governo.

Um ministro do PFL disse que a relação Ulysses-Sarney caminha para rápida decomposição. Lourenço, fiel defensor do governo no Congresso, cobrou do presidente uma reação com a mesma agressividade, "do contrário, nós que apoiamos o presidente vamos ficar sem saber qual é o verdadeiro eixo do poder no País". O líder do PFL propôs a demissão de todos os ministros do PMDB, para formar no Congresso uma base estável de apoio ao governo.

Polegar indica o voto

Uma senha vence a confusão

As reuniões que o deputado Bernardo Cabral promoveu esta semana no Instituto Israel Pinheiro, em Brasília, foram ineficazes para a redação do novo projeto do relator e expuseram os trabalhos à ação de lobbies e às críticas da Constituinte, segundo alguns de seus participantes. Houve tanta confusão — algumas reuniões tinham mais de 40 parlamentares — que os mais íntimos de Cabral criaram um código secreto com as mãos para aprovar ou rejeitar certas emendas.

A explicação é da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ): quando aparecia algum deputado com uma emenda suscetível de discussão, o relator olhava para alguns dos especialistas na matéria. Se a emenda estava de acordo com o pensamento médio do grupo próximo a Cabral, fazia-se um discreto gesto do polegar para cima. Se não estava de acordo, o polegar ia para baixo. Cabral, então, acatava ou rejeitava a emenda.

Foi assim, por exemplo, na última quarta-feira, quando 20 parlamentares do Nordeste, Norte e Centro-Oeste foram ao Instituto pressionar o relator por uma descentralização tributária. Cabral olhava para o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) e este dava seus pareceres com o polegar. Nos assuntos de educação, a própria Sandra Cavalcanti seguia o mesmo código.

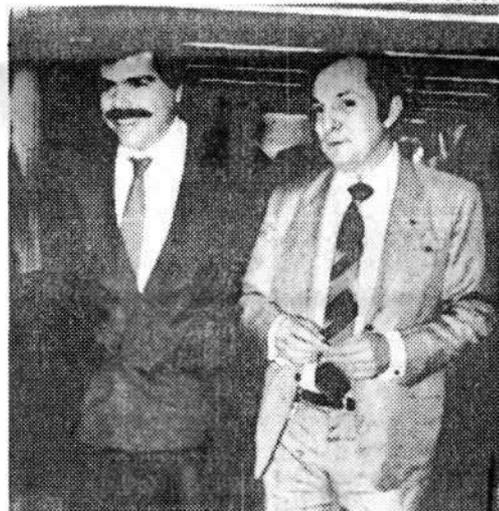
Reclamações — O Instituto Israel Pinheiro é um retiro de padres salesianos a 25 quilômetros do centro de Brasília. Foi muito usado nas últimas semanas pelo grupo interpartidário do senador José Richa (PMDB-PR) para de-

bates informais sobre o substitutivo que Cabral divulgou em agosto e sobre o primeiro projeto divulgado em julho. Até então, Cabral reunia-se com alguns assessores no Prodasen (Centro de Processamento de Dados do Senado) ou numa sala da sede do Banco do Brasil.

Na sexta-feira, quando a esquerda invadiu o Instituto reclamando de uma suposta "marginalização" a que estaria relegados, o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos cinco relatores adjuntos de Cabral, desabafou: "Isto aqui não funciona". Havia naquele dia perto de cem pessoas no instituto: parlamentares e lobistas de vários tipos, entre secretários da Fazenda de quase todos os estados e representantes da associação nacional de delegados de polícia.

Ontem de manhã, Cabral voltou a trabalhar em seu gabinete na Constituinte. Depois de receber uma delegação da Frente Municipalista Nacional, que lhe foi pedir a manutenção da autonomia municipal e o aumento da cota do Fundo de Participação Municipal de 22,5% para 30%, saiu acompanhado do deputado Sarney Filho. Poderia ter novo encontro com o presidente Sarney.

Brasília — Wilson Pedrosa



Sarney Filho conduz Cabral